

JT P.6 07-09-87 JNU TH

# Confronto? Não. Militares querem apenas o diálogo.

**As Forças Armadas insistem em manter seu papel na nova Carta. E não acreditam em impasse com os constituintes.**

Os ministros militares não acreditam em impasse entre as Forças Armadas e a Constituinte. Tal hipótese, levantada ontem pelo Jornal do Brasil — ao analisar as manifestações dos comandos militares dirigidas aos constituintes e os elogios que o ministro do Exército recebeu do presidente Sarney — foi considerada sem qualquer fundamento tanto no quartel-general do Exército como na Marinha e Aeronáutica. Mesmo que o general Leônidas Pires Gonçalves insista com os parlamentares que a função das Forças Armadas, definida na Carta de 67, permanece intocável, fontes militares acham que os ministros estão dispostos a prosseguir o diálogo, pois não vêem motivo para que isso não aconteça.

Segundo um estudioso da questão militar brasileira, coronel da reserva do Exército, Geraldo Lesbat Cavagnari Filho — entrevistado pe-

lo Jornal do Brasil —, que exerce a diretoria adjunta do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, o pronunciamento do general Leônidas na reunião ministerial do dia 27 ("Este projeto de Constituição é inaceitável") e o engajamento do presidente Sarney na candidatura Leônidas para seu sucessor não configuram uma crise militar.

"As Forças Armadas têm a tutela do poder civil, estão sendo bem-sucedidas em suas pretensões, têm exercido com competência a pressão militar e as lideranças civis agem com muita cautela política. Até a Carta ficar pronta, o que se verá será esse jogo de pressão militar de um lado — demonstrações de força como a do ministro Leônidas — e cautela política do outro", adverte Cavagnari.

Já alguns oficiais contestam a tese do coronel da reserva, lembrando que o saldo do diálogo mantido entre os ministros militares e os constituintes é considerado altamente positivo pelos primeiros. Eles pretendem prosseguir nessa linha após a promulgação da Constituição, e manterão a estrutura de assessoria parlamentar criada a partir de 1979, para que o relacionamento com o Legislativo continue estreito, sem intermediários como ocorria no passado e em condições, assim, de evitar mal-entendidos. Não há, da parte do general Leônidas, garantem aqueles oficiais, a expectativa de confronto com a Constituinte.

Para os ministros militares, as Forças Armadas devem ser consi-



deradas pela nova Constituição "instituições nacionais, permanentes, baseadas na hierarquia e disciplina, responsáveis pelos poderes constitucionais, a lei e a ordem".

Enquanto as lideranças na Constituinte, os militares e o Palácio do Planalto continuam discutindo sobre o polêmico papel das Forças Armadas, já se pergunta como a "maioria silenciosa" decidirá a questão quando ela chegar ao plenário. Afinal, os 9 mil votos do deputado Narciso Mendes (PDS-AC) terão o mesmo valor que os 590 mil do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Bastam 280 votos dos 559 constituintes para aprovar qualquer artigo e com isso a "maioria silenciosa" crescerá de importância. E a tendência entre dezenas de constituintes ouvidos pelo Jornal da Tarde é especificar na nova Carta que as Forças Armadas devem manter a ordem externa e interna. As opiniões variam muito, entretanto, quanto ao grau de independência para os militares agirem internamente.

O deputado Narciso Mendes, por exemplo, quer que elas tenham seus poderes ampliados, "pois elas estão sendo vítimas de agressões inconseqüentes". Já Maguito Vilela (PMDB-GO) acha que devem se limitar à segurança externa "porque o País tem de ficar sem tutela militar".

O deputado Joaci Góes (PMDB-BA) é mais polêmico: quer as Forças Armadas defendendo a soberania externa "e colocadas a serviço do Congresso Nacional", enquanto Vinicius Cansanção (PFL-AL) prega a defesa da ordem interna, "desde que convocadas exclusivamente pelo presidente da República". Fábio Raunheitti (PTB-RJ), por sua vez, prefere que sejam chamadas "a restabelecer a ordem interna quando solicitadas em momentos de emergência".

O deputado Stélio Dias (PFL-ES) mantém seu apoio ao substitutivo de Bernardo Cabral: as Forças Armadas são responsáveis "pela garantia dos poderes constitucionais, e por iniciativa expressa destes, da ordem constitucional".